

O PAPEL DO MERCADO NA ECONOMIA SOCIALISTA: A LEITURA

DE NOVE, MANDEL E ELSON

Rosa Maria Marques¹

1) Introdução

A queda do Muro de Berlim, em 1989, a desintegração da União das Repúblicas Socialistas (URSS), que se seguiu à fracassada tentativa do "putsh" de agosto de 1991, e o fim do domínio dos partidos comunistas em todos os outros países da então chamada "cortina de ferro" produziram, e ainda estão produzindo, consequências políticas, sociais e históricas cujo desfecho está longe de ser vislumbrado. No campo da teoria política e econômica, as forças colocadas em marcha introduziram inúmeras novas e velhas questões. Todas elas, entretanto, referenciam-se, de uma forma ou de outra, à problemática do mercado *versus* o planejamento central.

A discussão do uso de mecanismos de mercado numa economia socialista não é nova. Na verdade, desde a tomada do poder pelos bolcheviques, na Rússia de 1917, este tema esteve na ordem do dia, só não fazendo parte da agenda na época de Stálin. Além do fato de a elaboração teórica sobre o assunto ter sido especialmente rica até a morte de Lênin, isto é, nos primeiros anos da revolução, e da experiência ocorrida com a "Nova Política Econômica" (NEP)², a URSS vivenciou, entre março de 1953 e 1985, vários "avanços e recuos" no sentido de flexibilizar seu sistema de planejamento através da incorporação de mecanismos de mercado em sua economia.

A partir da leitura de Abel Aganbegyan, em seu livro "Movendo a montanha", é possível se resumir as principais tentativas de reforma realizadas no período compreendido entre a morte de Stálin e o início da "perestroika".

Já em setembro de 1953, Krushev defendeu, junto à plenária do Comitê Central dos Partidos Comunistas, várias sugestões para desenvolver a agricultura³. O sentido geral de suas propostas era a diminuição da intervenção do Estado. Além de conceder maior autonomia às fazendas coletivas e de introduzir a remuneração monetária para seus trabalhadores (antes recebiam em espécie), permitiu o aumento dos preços e diminuiu os impostos incidentes sobre a produção agrícola.

De início, os resultados obtidos foram significativos, passando a colheita de cereais de 350 quilos por hectare (antes de 53) para 650 em 1958/59. Contudo, com a intenção de acelerar ainda mais a produtividade no campo, Krushev determinou que as fazendas coletivas e as estatais comprassem a maquinaria nelas disponível, o que resultou no confisco de boa parte da renda para o pagamento de tratores e colheitadeiras⁴. O desincentivo provocado por essa medida foi completado, um pouco mais tarde, com o aumento do preço dos combustíveis e das peças de reposição das máquinas, e com a determinação da prática de preços baixos em época de boa safra e altos quando a colheita fosse ruim. Embora essa última medida possa ser vista como um avanço, pois o governo

¹ Professora do Departamento de Economia da PUC/SP e técnica do Instituto de Economia do Setor Público (FUNDAP/IESP).

² Sobre isso ver, por exemplo, Carr, E. H (1979). Para uma descrição detalhada e pitoresca das primeiras concessões realizadas por Lênin a capitalistas estrangeiros, ver Hammer, A (1989).

³ Vale notar que a questão agrícola foi pivô de todas as tentativas de reforma ou de mudança de orientação da política, mesmo aquelas realizadas antes da morte de Lênin.

⁴ A rigor, tratava-se da imposição da compra das "Estações de Tratores e Máquinas". Em 1929, quando Stálin proibiu qualquer tipo de propriedade privada, vetou, também, a de equipamentos agrícolas, criando "Estações" que deveriam ser utilizadas pelas fazendas coletivas, estatais e camponeses da região.

estava reconhecendo que os preços variam, a responsabilidade por sua administração e os níveis praticados passaram a ferir os interesses dos produtores, desincentivando a produção.

Com a queda de Krushchev, em 1965, o preço pago pelo Estado ao excedente agrícola ⁵ passou a ser 50% superior ao preço básico. Juntamente com a retomada da política de conceder maior autonomia para as fazendas coletivas e estatais, foi reconhecida como útil (necessária) a colheita realizada por lotes particulares e foi reduzido significativamente o número de itens fixados nos planos das empresas. Em 1967, o resultado da produção e o "lucro" passaram a ser aceitos como os indicadores mais importantes da atividade empresarial. Ao mesmo tempo foi permitido que as empresas formassem seus fundos a partir de seus próprios lucros (de acordo com certas regras). As medidas tomadas em relação às empresas resultaram em um aumento da produtividade de 32% (1970 em relação a 1966). Esse sistema de administração foi tentado junto a outros setores, tais como construção. Contudo, por uma série de motivos, não chegou a ser implementado. Apesar dos resultados apresentados inicialmente, esse sistema de administração foi abandonado no início dos anos 70, voltando os ministérios a exercer um rígido controle sobre as empresas. O mesmo aconteceu em relação à agricultura.

Passados alguns anos, o declínio da economia soviética era inquestionável. Em 1979, a produtividade das empresas industriais havia caído 40% e a agricultura apresentava-se em recessão desde 1978. Essa situação gerou a criação de várias comissões, que eram extintas e recriadas ao longo dos anos, todas elas buscando aperfeiçoar o sistema administrativo vigente. Contudo, somente em março de 1985, quando Gorbachev se tornou secretário-geral do partido, a "perestroika" foi declarada prioritária.

Conforme Aganbeyan, o objetivo da perestroika era "...mudar a administração da economia, do sistema de "diktat" ou comando, que imperou nos últimos cinquenta anos, para outro radicalmente novo, baseado em alavancas econômicas tais como forças de mercado, créditos financeiros e outros estímulos mais vigorosos. Todo o processo deve ser executado simultaneamente com uma democratização geral da sociedade e uma transição para a autogestão das empresas" (Aganbeyan, 1989:7). Ainda nas palavras desse economista, "A primeira e mais importante tarefa do novo sistema administrativo é abolir a ditadura do produtor e superar o déficit de nossa economia. A produção deve voltar-se diretamente para satisfazer as necessidades da sociedade e ser governada pelas demandas do consumidor" (Aganbeyan, 1989: 17).

Esperava-se, com isso, possibilitar uma ampla independência das empresas e dos conglomerados existentes. Em termos jurídicos, o novo sistema de administração apoiou-se, inicialmente, em três leis: Lei sobre Empresas e Conglomerados (entrou em vigor a partir de janeiro de 1988), Lei sobre Cooperativas (julho de 1988) e Lei sobre a Atividade de Trabalho Individual (maio de 1987). A partir dessas leis, todas as empresas passariam a trabalhar com base na contabilidade total de custos, no auto-financiamento e na autogestão. Por outro lado, o número de tarefas planejadas ao nível central diminuiria significativamente. O objetivo imediato de Gorbachev era reduzir o tamanho do aparelho central e o das Repúblicas integrantes da URSS de 30 a 50%.

Conforme relata Aganbeyan, boa parte da elaboração teórica que deu suporte às medidas implementadas foram gestadas durante a década de 70 e início da de 80, com base na iniciativa de um grupo de economistas preocupados com os problemas econômicos enfrentados pela URSS.

Embora esse autor enfatize que essas medidas permitiram o aumento da produção de bens de consumo em 50%, e que inúmeras cooperativas foram criadas a partir da nova lei, sabe-se que, hoje, a situação é bastante delicada e contraditória, destacando-se principalmente a desorganização da produção e dos mecanismos de distribuição. Em parte lembra o contexto de desagregação que se seguiu à tomada do poder em 1917. Talvez a

⁵ Correspondia ao volume da produção que excedia à cota fixada pelo Plano.

única novidade é que no lugar do "homem do saco" vemos crescer as atividades da "máfia".

Essa breve descrição das idas e vindas das tentativas de introdução de mecanismos de mercado na URSS indica que, mesmo para os dirigentes socialistas, a questão da superação do mercado pelo planejamento não era uma questão resolvida. Ou, dito de outra forma, eram conscientes de que o planejamento centralizado, tal como era aplicado na URSS, resultava em ineficiência, desperdício e, principalmente, em escassez de produtos considerados essenciais pela sociedade.

O texto ora apresentado faz parte de um amplo projeto de pesquisa pessoal. A intenção é resgatar e discutir os argumentos que levaram a associar o planejamento às economias socialistas, e recompor as principais discussões e políticas realizadas no período 1917/1985, na URSS. Neste texto, contudo, o objetivo é tão-somente sistematizar o pensamento de alguns autores que se destacaram no estudo desse assunto. Espera-se, com isso, estabelecer uma agenda de discussão e pesquisa que permita o aprofundamento das questões relativas ao socialismo.

II) O MERCADO E O SOCIALISMO EM ALGUNS AUTORES

ALEC NOVE, que dedicou boa parte de sua vida ao estudo da economia soviética e das demais repúblicas da Europa do Leste, escreveu "The Economics of Feasible Socialism", o qual foi editado em Londres, em 1983. Dois anos antes, portanto, de Gorbachev se tornar secretário-geral do Partido Comunista Russo. Seu livro teve repercussão imediata junto aos meios acadêmicos e junto à esquerda marxista, sendo hoje considerado um clássico.

Os propósitos de Nove ao escrever essa obra estão claramente explicitados em sua parte introdutória: "... ajudar a que se chegue a uma definição de um socialismo que seja possível, que possa funcionar com razoável eficiência ..." Assim, muito embora considere que "... houve épocas em que, no geral a busca do interesse pessoal e de grupos realmente era a melhor maneira de se chegar o mais perto possível do interesse geral" reconhece que existem "... vários fatores que trabalham agora contra a eficácia, ou mesmo a sobrevivência, do modelo capitalista-liberal" (Nove, 1989:13 e 14) e, a partir disso, elege o sistema socialista como o mais apropriado para se responder ao interesse geral. Entre esses fatores salienta os problemas decorrentes da escala e da especialização.

A construção de sua proposta de um "socialismo possível" é iniciada a partir de uma revisão crítica do trabalho de Marx, concluindo que esse em nada contribuiu para esclarecer em que bases funcionaria uma economia socialista.

A rigor, todas as observações de Nove derivam de seu entendimento do que Marx quis dizer quando escreveu que o socialismo seria o reino da abundância. De acordo com sua interpretação, "Marx parecia acreditar que o progresso técnico até então feito no capitalismo já tinha resolvido, no fundamental, os problemas da produção, mas que os grilhões impostos às forças de produção pelo sistema capitalista impediam que isto se realizasse na prática". (Nove, 1989:33) Em outra passagem escreve: "... Marx não disse que no socialismo não haveria conflitos a respeito da alocação de recursos escassos (óleo, pesca, minério de ferro, meias ou o que quer que seja), mas que esses e outros recursos não seriam escassos". (Nove, 1989:35)

Eis aqui a discordância básica de Nove, em cima da qual vai propor a incorporação dos mecanismos de mercado como o elemento regulador primordial da alocação dos recursos. Para ele, há uma série de recursos que são escassos de forma absoluta, tais como terra, petróleo e peixes. Os demais, mesmo levando em conta que as novas descobertas possam alterar significativamente o quadro atual, dando surgimento a novas fontes de energia, de materiais, entre outros, considera que a própria melhoria nos padrões de vida

decorrentes dessas inovações daria surgimento a "...uma maior consciência de necessidades insatisfeitas..." (Nove, 1989:37).

Na minha interpretação, esse autor considera que a escassez é um dado objetivo da sociedade humana. Isto porque trabalha com a idéia dinâmica de necessidade, de modo que os recursos apresentarão sempre, na melhor das hipóteses, uma escassez relativa. Assim, na medida em que as necessidades são crescentes, colocam-se problemas de alocação e de disputa de interesses, posto que tudo tem um custo de oportunidade.

Nove também discorda da posição dos que atribuem os problemas da planificação centralizada à falta de democracia e de poder real dos trabalhadores na economia soviética⁶ que estariam impedindo que o senso de interesse comum triunfasse sobre as deficiências do sistema econômico. Para ele, tal colocação deixa de lado "...a imensa complexidade de toda a planificação global..." e, principalmente, "...deixa de lado o simples fato de que existe escassez na URSS e de que ela vai continuar por algum tempo..." (Nove, 1989:41).

Para discutir a inadequação de um planejamento centralizado, Nove se baseia em duas observações. A primeira, de que numa economia complexa, é tal o número de itens que devem ser levados em consideração no plano (a URSS produziria 12 milhões de produtos), que é impossível que ele funcione. Isto porque tanto é provável que variáveis importantes não sejam incorporadas, como é impossível apreender o conjunto das interconexões existentes entre as diversas atividades. A segunda, de que mesmo um planejamento (não necessariamente com a pretensão de contemplar todos os aspectos envolvidos na atividade econômica) que, por definição, soubesse "ex-ante" quais as necessidades da sociedade, precisaria ser dotado de instrumentos que permitissem avaliar se de fato eram aquelas as necessidades eleitas pela sociedade. O problema todo reside em definir esses instrumentos.

Antes de se apresentar a solução proposta por Nove, vale notar que esse autor está pressupondo, ao resumir as dificuldades a um problema de definição de instrumentos, que os planejadores soviéticos estavam realmente interessados em reconhecer as necessidades da população e, até mesmo, preocupados em satisfazê-las. Se não atingiam seus objetivos era porque utilizavam o instrumental econômico errado.

Nove entende que a chave do planejamento está em poder definir como os consumidores (entendidos aqui todos aqueles que se utilizam de bens e serviços, inclusive os voltados para a atividade produtiva), podem demonstrar que concedem mais valor de uso para um ou outro produto. Nesse ponto, critica Marx por ter considerado que o valor da mercadoria é determinado apenas pelo trabalho socialmente necessário para produzi-la, abstraindo totalmente a qualidade e o fato de certas coisas terem mais valor (de uso) do que outras.

É necessário destacar, também, que Nove considera que o homem só trabalha quando recebe incentivos materiais e morais, contrapondo-se, assim, à idéia desenvolvida por Marx de que numa sociedade, onde houvesse abundância e as classes fossem eliminadas, surgiria um novo homem, capaz de produzir sem que nenhuma disciplina lhe fosse imposta.

A partir desse conjunto de premissas, isto é, de que sempre haverá escassez de recursos (da qual decorre a necessidade da definição em que setores ou produtos alocá-los - o que gera conflitos); de que numa sociedade complexa é inviável um planejamento centralizado; e de que a população precisa contar com mecanismos para poder expressar seus desejos, Nove propõe que a produção numa economia socialista seja organizada com base em critérios de escala, diferenciação do produto e propriedade. Propõe, também, que os preços sejam livremente determinados pela oferta e pela procura, com exceção dos setores monopolísticos onde o preço seria administrado.

Assim, de acordo com o sistema de Nove, a economia seria formada por:

⁶ Mandel é um dos principais defensores dessa posição. Para isso ver Mandel, E. - *Além da Perestroika: a era Gorbachov e o despertar do povo soviético*.

a) empresas estatais, centralmente controladas e administradas. Compreendem os bancos e outras instituições de crédito e setores (energia elétrica, redes ferroviárias, siderúrgicas integradas, complexos petrolíferos, entre outros) que, por sua própria natureza, operam em unidades muito grandes e intimamente relacionados ou têm uma posição de monopólio. Dada que a situação de monopólio pode levar a que essas empresas não busquem melhorar seu desempenho, propõe que suas atividades sejam controladas por uma supervisão tripartite, formada pela administração das empresas, pelos usuários e os trabalhadores.

b) empresas de propriedade do Estado, com total autonomia nas suas decisões. Os trabalhadores dessas empresas teriam direito, além do salário, a um acréscimo de renda vinculado aos lucros obtidos.

c) cooperativas. Nove imagina que tanto as empresas de propriedade do Estado como as cooperativas deverão ser administradas por elementos designados por uma comissão eleita por seus trabalhadores ou, no caso de serem pequenas, diretamente por eles. Ao contrário das empresas do item (b), os trabalhadores das cooperativas podem dispor da propriedade.

d) empresas privadas de pequena escala. Compreende, na verdade, empresas onde o proprietário trabalha ao lado de seus empregados. Nove depreende daí: "Não há, portanto, renda não-ganha, decorrente da simples propriedade do capital ou da terra." (Nove, 1989:318)⁷

e) autônomos.

Nesse contexto, a planificação central teria as seguintes responsabilidades: investimentos pesados; elaboração de planos de longo prazo; incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento de novas técnicas e práticas de trabalho; entre outras. Na proposta de Nove, portanto, a planificação central ficaria reduzida a cumprir um papel não muito diferente daquele realizado pelo Estado em algumas economias capitalistas, isto é, responsabilizar-se pelos investimentos de infra-estrutura, investimentos cujo prazo de maturação fosse muito além da capacidade de auto-financiamento de qualquer tipo de empresa por ele pensada e pela elaboração de planos de longo prazo. O sistema de organização das empresas seria o de auto-gestão e os preços, com exceção daqueles setores monopolizados, seria determinado pela oferta e pela procura. Ainda assim, considera que o sistema não é capitalista, pois não haveria renda decorrente da "simples propriedade do capital e da terra".

Na minha forma de entender, tratar-se-ia de um sistema em transição, onde, em que pese os proprietários dos meios de produção terem sido expropriados, persistiria, por um tempo indeterminado, as práticas e os mecanismos econômicos desenvolvidos no capitalismo. Isto porque o "modo de fazer e pensar" é resultado da realidade concreta e esta continuava a conter um mundo predominantemente capitalista. Seria impensável, portanto, supor-se que apenas a troca de titularidade fosse capaz de promover a transformação radical da sociedade.

Nesse sentido, parte das críticas de Nove a Marx não têm sentido. Esquece-se que o conceito de escassez/abundância, a relação do homem com o trabalho/atividade e a valoração dos bens/mercadorias são resultados de processo social. Nove critica idéias de Marx a respeito do que ocorreria no socialismo a partir da realidade concreta do capitalismo e da economia soviética, opondo, dese modo, situações sem termos de comparação. A preocupação central de Marx sempre foi desvendar o funcionamento do capitalismo e, a partir da apreensão de suas tendências, indicar a inevitabilidade de sua superação. Suas idéias a respeito do funcionamento e dos valores da sociedade socialista - e não passaram de idéias - eram propositadamente gerais, pois não podia se aventurar a descrever o futuro a não ser se restringindo em negar a presença de características essenciais do modo de produção capitalista.

⁷ A expressão renda não ganha é usada por Nove como aquela não derivada do exercício de uma atividade.

Em resposta ao livro de Nove, **ERNEST MANDEL** publicou um artigo no número 159 (1986) do *New Left Review* sob o nome "In Defense of Socialist Planning". Sua contribuição ao debate inicia com uma colocação de método:

"Qualquer resposta eficaz a suas objeções (refere-se às realizadas por Nove quanto à possibilidade de haver socialismo sem produção de mercadorias) deve seguir o mesmo procedimento empregado por Marx em seu estudo sobre o surgimento do capitalismo. Deve começar, em outras palavras, não do ideal último ou da meta normativa a ser alcançada, mas dos elementos da nova sociedade que já se encontram em fase de crescimento no seio da antiga - deve partir das leis de movimento e das contradições internas do modo capitalista de produção e da sociedade burguesa existente." (Mandel, 1991:13).

Para ele, portanto, o ponto de partida relevante para a discussão é reconhecer que o desenvolvimento capitalista, a partir da revolução industrial, produziu uma crescente socialização objetiva do trabalho⁸. Essa teria dois significados: "...a crescente interdependência, tanto dos processos de trabalho considerados em si mesmos, quanto da escolha e da produção dos bens que consumimos" e "...a dramática extensão da organização planejada do processo de trabalho" (Mandel, 1991:14 e 15).

Embora conceda importância ao fato de a atividade econômica envolver, diferentemente do passado, milhões de pessoas, considera que o mais relevante para o processo de socialização objetiva do trabalho é as empresas se valerem cada vez mais do planejamento, em detrimento do mercado. Dessa forma, acentua que não é mais o mercado que "reina supremo" no interior da fábrica e sim o planejamento. Destaca, ainda, que com a emergência do capitalismo monopolista, a adoção da prática do planejamento não se restringe mais a uma unidade produtiva, passando a ser objeto de preocupação da empresa multi-industrial internacionalizada.

Como resultado desse processo, conclui que houve "...uma radical redução na alocação mercadológica do trabalho em contraste com a alocação direta" (Mandel, 1991:15). Segundo esse autor, a alocação mercadológica é realizada através de uma venda, constituindo-se, portanto, numa mudança de propriedade. Já a alocação direta refere-se às transferências que são realizadas dentro de uma mesma empresa, entre as diversas unidades produtivas que a compõem. O reconhecimento da crescente importância da alocação direta não leva, contudo, a que Mandel afirme que o sistema de mercado não seja mais o dominante.

Vale notar que as observações de Mandel a respeito do papel crescente do planejamento no processo produtivo capitalista não constitui novidade. Sua intenção é, no entanto, indicar que tal processo não foi levado em consideração na argumentação de Nove.

Por outro lado, ao contrário de outros autores, Mandel não imputa o declínio da alocação mercadológica à intervenção pública na economia, ao aparecimento do Welfare State ou às conquistas advindas da luta da classe trabalhadora. Embora considere que todos esses elementos contribuíram para a perda de importância desse tipo de alocação, entende que as razões fundamentais devem ser buscadas na lógica interna do capitalismo e na sua peculiar dinâmica de acumulação e competição. (Mandel, 1991:15 e 16) É meu entendimento, contudo, que a referência ao Welfare e à intervenção pública na economia indica que, na verdade, Mandel considera que também os benefícios concedidos a

⁸ Mandel lembra, na página 14, que essa crescente socialização do trabalho é resultado de todas as leis de movimento do modo de produção capitalista, isto é, a busca constante pelo aumento da intensidade e produtividade do trabalho; a incessante abertura de novos mercados; a pressão pela mudança tecnológica no sentido da economia da força de trabalho (levando ao aumento da composição orgânica do capital); a tendência declinante da taxa de lucro; os surtos de crises periódicas de superprodução e superacumulação; e a marcha inexorável à internacionalização.

população sob a forma de rendas complementares ou de substituição expressam o processo de desmercantilização da economia capitalista.

Destacada a tendência subjacente ao desenvolvimento capitalista, Mandel preocupa-se em definir planejamento. Para ele, "...planejamento não é sinônimo de perfeita alocação de recursos, nem de alocação científica, nem mesmo de uma alocação mais humana." (Mandel, 1991:17) É tão-somente alocação direta, ex ante. Dessa forma, opõe-se a alocação realizada através do mercado, a qual é ex post.

A alocação ex ante consiste na determinação, a priori, dos recursos, com base na prévia escolha realizada por um determinado corpo social. Já a alocação ex post ocorre por meio das leis objetivas de mercado, que, "...agindo a posteriori, neutralizam ou corrigem (*ou deveriam neutralizar ou corrigir*) as decisões prévias e fragmentadas tomadas por corpos privados de modo separado ou autônomo". (Mandel, 1991:19. Destaque meu)) Dessa forma, a diferença fundamental entre essas duas formas de planejamento consistiria que, na primeira, as necessidades são definidas antes da alocação dos recursos e, na segunda, são reveladas (em termos quantitativos e qualitativos) somente através da realização da compra pelos usuários.

De acordo com Mandel, a partir de meados do século XIX, os princípios da alocação mercadológica entraram em crescente conflito com as exigências de planejamento racional da produção nas grandes empresas. Tal situação teria dado surgimento a um antagonismo básico, característico da fase do capitalismo tardio. Trata-se da contradição entre as tendências simultâneas do capitalismo em direção à racionalidade parcial e à irracionalidade global (Mandel, 1991:21). Para ele, portanto, na medida em que a socialização objetiva do trabalho apóia-se, principalmente, na alocação direta realizada pelas empresas, o planejamento ex ante surge como expressão cabal da tendência histórica do desenvolvimento capitalista.

Contudo, como foi visto acima, Nove considera inviável a realização de um planejamento central em uma economia complexa. Mandel inicia a crítica a esse autor questionando o número de produtos (12 milhões) que, segundo Nove, deveriam ser detalhadamente tratados num plano global. Conforme Mandel, Nove incorre em erro quando inclui em sua "conta" os bens intermediários e não considera que vários produtos (de consumo) apresentem uma grande variedade. Para Mandel, se descontados esse tipo de produto, o mercado não chega a alocar milhões de mercadorias mesmo nos países capitalistas avançados.

Mandel chama atenção para o fato de que nessas economias a maioria dos bens intermediários e das máquinas de grande porte são produzidos mediante prévia encomenda. É claro, portanto, que o volume e a qualidade da produção desses produtos não é objeto de posterior correção através do mercado. O mesmo é verdadeiro em relação às compras realizadas pelo setor público. Essas, na medida em que são objeto de licitação, devem, de antemão especificar detalhadamente o produto desejado e a quantidade a ser comprada. Como diz Mandel: "As licitações não conduzem à fabricação de diversos produtos entre os quais se possa escolher. Levam, antes, à fabricação de um único produto" (Mandel, 1991:28)⁹.

A partir dessa constatação, Mandel considera que o problema de alocação de recursos ex ante não é tão problemático e impossível como pensa Nove. Assim, como a demanda dos produtos é, em grande medida conhecida de antemão, o planejamento seria realizado a partir de uma "associação de produtores" com a ajuda dos modernos computadores, os quais dariam conta do grande número de equações necessárias.

A factibilidade do planejamento pensado por Mandel se baseia, também, no fato dele considerar que os hábitos de consumo, embora não imutáveis, apresentam uma certa

⁹ Não há dúvida que a produção de máquinas de grande porte é realizada sob encomenda, tanto nos países avançados como nos demais. Contudo, Mandel não apresentou dados que confirmem ser essa também a situação dos bens intermediários.

estabilidade e, portanto, uma previsibilidade. Segundo ele, somente as mudanças tecnológicas de longo prazo são capazes de transformar radicalmente a lista dominante de bens de consumo produzidos e as maneiras de produzir. Contudo, as mudanças dessa natureza só ocorrem em larga escala no longo prazo. Salienta, ainda, que o impulso inicial de mudança não vem do mercado e do consumidor. Vem do inovador e da unidade produtiva (Mandel, 1991:30).

Assim, apesar de reconhecer que o planejamento socialista democrático deve se confrontar com suas próprias dificuldades práticas, não concorda que essas dificuldades possam ser insuperáveis do ponto de vista técnico, tal como defendido por Nove.

Mandel também discorda da forma como Nove interpreta e trata a definição de Marx da "abundância" numa sociedade onde os meios de produção não sejam mais privados. Denuncia que Nove reduz "silenciosamente" a problemática da abundância, e por decorrência da inexistência de conflitos na alocação dos recursos (já que não haveria nenhuma escolha mutuamente exclusiva a ser feita), à necessidade do consumidor. Após, preocupa-se em expor a sua interpretação de abundância. A passagem silenciosa a que Mandel se refere é feita quando Nove, logo depois de admitir que é possível ocorrer saturação na demanda de certos produtos, pondera que as novas descobertas tanto melhoram o padrão de vida da população, como provocam um aumento da consciência de necessidades insatisfeitas¹⁰.

De acordo com Mandel, a observação de que as necessidades são crescentes é sinônimo de dizer que o homem apresenta uma tendência geral à aquisição (dado que é inerente ao homem conscientizar-se de que existem novas necessidades e de que essas não estão sendo satisfeitas). Para ele não existe essa tendência. "Antes, as inclinações à aquisitividade são específicas, e estão relacionadas nem tanto com a escassez de bens em geral, ou mesmo a escassez de determinados bens, quanto estão ligados à intensidade relativa de necessidades específicas." Logo depois completa: "É suficiente que sejam satisfeitas as necessidades sentidas mais intensamente, ou que uma saturação de consumo ocorra nestas áreas. Eis a suposição básica sobre a qual Marx construiu sua visão de socialismo. É perfeitamente realista e concebível" (Mandel, 1991:30).

A definição de Mandel para "intensidade relativa das necessidades" apóia-se ou decorre da hierarquia das necessidades observada pela primeira vez por Engel, isto é, que as necessidades podem ser agrupadas em fundamentais e secundárias. Como é sabido, a busca pelo atendimento das necessidades de segundo tipo é função do desenvolvimento econômico e social da sociedade em questão.

Mandel também chama atenção para um terceiro tipo de necessidades, as quais, no entanto, não se constituem num fenômeno de massa observável, decorrendo das preferências sócio-culturais. Como exemplo da segunda categoria poder-se-ia citar a televisão que, se inicialmente, era tido como um bem secundário (de luxo), hoje, devido à queda relativa de seu preço e ao papel social que passou a exercer a mídia televisiva, é considerado um bem fundamental. Já o arroz integral ou o ovo caipira poderiam ser pensados como integrantes da terceira categoria de necessidades. Dessa forma, "a hierarquia das necessidades humanas possui tanto uma base fisiológica como uma base histórico-social, e não é nem arbitrária nem subjetiva" (Mandel, 1991:41).

Para reforçar seu argumento, Mandel ainda menciona que nos países industrializados o consumo per capita de alimentos básicos (tais como pão, batata e arroz) está francamente em declínio, o que denota a existência de uma tendência à saturação das necessidades. Essa saturação seria resultado não só do declínio da intensidade da necessidade, quando é ultrapassado certo limiar, mas também devido a uma mudança de motivação. "Padrões racionais de consumo tendem a tomar o lugar de desejos supostamente instintivos de consumir mais a cada vez. O racional emerge da própria maturidade crescente dos consumidores, a medida que as prioridades das pessoas mudam e seus interesses próprios se tornam mais seletivos." (Mandel, 1991:43) Para esse autor, o

¹⁰ Essa ponderação já foi realizada por mim na parte referente ao pensamento de Nove.

peso do conjunto desses fatos refuta completamente a idéia de que as necessidades das pessoas são crescentes.

Mandel também preocupa-se em discutir o quanto é válido somente se relacionar a existência de uma "tirania das necessidades socialmente reconhecidas" à uma economia socialista democraticamente planejada. Sua conclusão é de que ela existe tanto sob uma economia planejada quanto numa organizada pelas leis de mercado. Para ele, a existência de escassez - premissa básica dos teóricos que defendem a necessidade do mercado - determina necessariamente que parte das necessidades individuais não estão sendo reconhecidas. O mesmo ocorre numa economia planejada. A diferença está na forma específica que assume a "tirania das necessidades".

Em outras palavras, Mandel pergunta: o quê é menos doloroso: o racionamento pelo dinheiro que se tem na bolsa, ou o despotismo de um plano concertado pela maioria da população?

Para responder à essa pergunta é necessário que se resgate uma outra conclusão que Mandel extraiu das realidades observadas quanto ao comportamento das populações em relação às necessidades. Para ele, no momento em que a "escassez" estiver cada vez mais relacionada aos bens e serviços não essenciais, será possível reduzir o papel do dinheiro na economia. Além disso diz: "O dinheiro e as relações de mercado... se consubstanciam como instrumentos de garantia a maior liberdade do consumidor na medida em que as necessidades básicas tenham já sido satisfeitas. Pois a liberdade implica em poder de escolha por parte do consumidor, e, quando confrontado com as necessidades realmente fundamentais, o consumidor não tem qualquer escolha... O dinheiro, enquanto meio para a liberdade do consumidor, é eficiente apenas para a escolha entre bens relativamente supérfluos - dado um alto grau de equidade de renda" (Mandel, 1991:54). Para Mandel, portanto, um planejamento democrático é, de longe, menos tirânico do que a *liberdade de escolha garantida pelo mercado*.

Um último aspecto do pensamento de Mandel é importante de ser mencionado antes de se apresentar sua proposta de planejamento democrático. Trata-se daquilo que ele chama de "formas elementares de cooperação espontânea". De acordo com esse autor, em qualquer país capitalista avançado (nos outros não?), a grande maioria dos bens produzidos são comprados em lojas costumeiras ou de distribuidores costumeiros de serviços, independentemente das flutuações de preços. Como Mandel aponta corretamente, isso é o resultado do hábito, do costume, da rotina e da cooperação natural que decorre do conhecimento mútuo e da previsibilidade de resultados. Continuar comprando na mesma loja e dos mesmos fornecedores, apesar do aumento dos preços, implicaria certamente em risco e custo menor do que o decorrente de uma mudança. Somente variações bruscas de preços justificariam uma alteração nos padrões de comportamento dos compradores, sejam eles consumidores finais ou empresas.

Ao salientar esse aspecto, não está Mandel desconsiderando a papel da concorrência na determinação da clientela e do volume das vendas. Ao contrário, está salientando que a qualidade do produto, o cumprimento dos prazos, a proximidade, a confiança, entre outros, são determinantes fundamentais do processo de decisão de onde comprar, posto que compõem o custo tal como o preço do bem. Nesse sentido, pequenas flutuações de preço não levariam a buscar outro fornecedor ou loja.

A partir desse conjunto de considerações Mandel propõe que uma economia socialista seja organizada com base na "auto-gestão democraticamente centralizada - isto é, articulada - fundada sobre a cooperação livre e consciente." (Mandel, 1991:67)

Como Mandel descreve essa sociedade? Inicia dizendo que um Congresso (de conselhos do povo e dos trabalhadores) definiria as grandes divisões do produto nacional com base em alternativas previamente debatidas por todos os cidadãos quando da eleição dos membros daquele congresso. Assim, o Congresso determinaria o quanto de recursos seria destinado às necessidades prioritárias (e quais são elas) a serem garantidas a todos mediante a distribuição "gratuita"; o quanto seria reservado ao crescimento (constituído de um fundo de reservas, de recursos destinados ao consumo da população adicional e de

recursos líquidos como uma função das escolhas tecnológicas); e o quanto seria apropriado pela produção de serviços não essenciais a serem distribuídos pelos mecanismos monetários. Realizada essa divisão, também o Congresso deveria definir a jornada média de trabalho, os rendimentos monetários mínimos e máximos, e a política de preços para os bens e serviços comercializáveis.

Continua Mandel: com base nessas "escolhas", o Congresso comporia um plano geral a partir das matrizes de insumo-produto e indicaria os recursos disponíveis para cada ramo de produção (setores industriais, transporte, agricultura e distribuição) e para a vida social (educação, saúde, entre outros). O Congresso não iria além dessas instruções gerais. Não estabeleceria, portanto, nenhuma especificação para cada ramo ou unidade produtiva ou região.

Quanto à produção de bens de consumo "gratuitas", tais como sapatos e roupas, Mandel imagina que seria perfeitamente viável que os consumidores decidissem quais os modelos deveriam ser produzidos e em que quantidade. Para isso imagina um salão de exposição onde são apresentados todos os modelos propostos pelos produtores. Supondo que o número anual de sapatos a que as pessoas tenham direito seja seis, aquelas que comparecerem à exposição devem apontar quais são os sapatos que desejariam usar. Indicadas as preferências, estariam definidas quais seriam as quantidades produzidas de cada modelo.

Em relação à forma de organização das unidades produtivas, Mandel imagina que o sistema - no entender dele trata-se de uma economia rumo ao socialismo, pois conteria ainda um setor governado pelo dinheiro e pelo mercado - contemplaria a existência de empresas privadas e de cooperativas na produção de pequena escala. Garantido um nível mínimo de consumo para todos, não haveria porque cercear a livre iniciativa, pois aqueles que quisessem vender sua força de trabalho a ela não estariam sendo movidos pela necessidade de sobrevivência.

Contudo, embora a proposta de Mandel se apresente aparentemente semelhante à de Nove, no que se refere à existência de empresas estatais, cooperativas e empresas privadas, dela difere substancialmente. Ao contrário de Nove, não está sugerindo que a "lucratividade" de cada unidade produtiva seja apropriada, no todo ou em parte, por seus trabalhadores. As empresas no modelo de Mandel não são, portanto, independentes. De acordo com Mandel, tal situação levaria, necessariamente, ao surgimento de distúrbios sociais, pois múltiplas decisões estariam sendo tomadas em função de interesses particulares. (Mandel, 1991:87).

Segundo Mandel, seu modelo não impediria o surgimento da inovação tecnológica e a existência da motivação. Isso porque os avanços obtidos em termos de produtividade traduzir-se-iam em redução da jornada de trabalho e no aumento da qualidade de vida. Mandel admite, isso sim, que provavelmente haveria uma diminuição da "enxurrada" de novos bens de consumo. Dessa forma, os avanços tecnológicos seriam garantidos a partir da "propensão natural dos produtores em poupar seus próprios esforços e na curiosidade científico-intelectual espontânea dos seres humanos" (Mandel, 1991:69).

A polêmica entre Mandel e Nove¹² é objeto de um artigo de **DIANE ELSON**, divulgado no número 172 da *New Left Review*. A autora, depois de criticar as bases

¹¹ Para alguns essa proposição de Mandel pode parecer extremamente ilusória, posto que poderia parecer que sua concretização exigiria um grau muito grande de flexibilidade da "fábrica" de sapatos. Na verdade o procedimento descrito por Mandel já acontece no mundo capitalista, posto que os fabricantes submetem suas idéias previamente ao mercado e as "tendências"aceitas passam a ser produzidas sem a maior dificuldade.

¹² A polêmica entre esses dois autores não se esgota nos textos citados neste survey. Há uma réplica de Nove e uma tréplica de Mandel. Não são aqui apresentados por falta de espaço e por não apresentarem considerações substancialmente diferentes das aqui mencionadas.

teóricas sobre as quais se assentam as propostas de Nove e Mandel, sugere uma terceira alternativa de organização para uma sociedade socialista.

Já na parte introdutória de seu ensaio, esclarece que compartilha da idéia de Mandel de que, entre o mercado e o planejamento burocrático, existe a possibilidade de uma terceira forma de coordenação econômica. Contudo, opõem-se a ele quando defende, tal como Nove, que o mecanismo de preço é um instrumento indispensável para a coordenação de uma economia socialista. Considera, no entanto, que esse mecanismo deve ser socializado. É a partir desse entendimento que decorre o nome de seu artigo: "Market Socialism or Socialization of the Market?"

De acordo com a autora, a chave para se responder se é viável uma sociedade de produtores livremente associados, onde a produção de mercadorias tenha sido suplantada, está em exatamente se compreender o conceito de mercadoria tal como definido por Marx. Elson lembra que "A mercadoria... não é fundamentalmente um bem que é comprado e vendido por dinheiro... O status problemático das mercadorias não deriva simplesmente da venda e compra, mas do fato de a compra e venda ocorrerem sob condições que as capacita a ter uma vida independentemente de seus possuidores. É essa independência das mercadorias que capacita a relação social entre os homens assumir a forma fantástica da relação entre coisas." "Tal interpretação deixa aberta a possibilidade de uma sociedade em que bens são trocados por dinheiro mas não tem uma vida independente de seu possuidor; e em que as pessoas não existem para as outras meramente como representativas de mercadorias". (Elson, 1988, 4)

Para ela, todo o problema está em alterar a "linha mestra" da produção de mercadorias. No capitalismo, esta é a produção e a reprodução do capital, estando a capacidade criativa do homem e o desenvolvimento de suas necessidades a ele subordinados. Numa sociedade socialista, a "linha mestra" deve ser exatamente a produção e a reprodução da força de trabalho. Conceder "...essa prioridade requer transformações nas relações dos meios de produção e dos meios de consumo; transformações dentro dos locais de trabalho e dentro dos lares; transformações nas relações entre produtores e consumidores." (Elson, 1988:4) Na medida que o central passa a ser a produção e reprodução da força de trabalho, assume importância crucial o papel desempenhado pelas famílias (leia-se trabalho não pago) e a ação solidária da comunidade.

Antes de se apresentar os demais pontos abordados por Diane Elson e a estrutura de sua proposta, é importante comentar um aspecto do que foi abordado até o momento. Aparentemente é contraditório que a autora assuma a possibilidade da realização da troca de bens por dinheiro (onde desapareça o fetiche da mercadoria) e, simultaneamente, refira-se, quando da substituição da lógica da produção no capitalismo, à expressão força de trabalho. Como é possível se falar em subordinar a produção à "produção e reprodução da força de trabalho" se no capitalismo a mercadoria pressupõe a existência do capital e da força de trabalho? Alguém poderia perguntar se não seria mais coerente referir-se à produção e reprodução de seres humanos. O enfoque abordado por Elson demonstra que ela está pensando numa economia de transição, no qual continua a existir o mercado da força de trabalho.

Em relação à análise e proposta de Nove, são os seguintes os pontos destacados e criticados por Diane Elson:

- a) a proposta de Nove é derivada de uma visão produtivista, posto que uma de suas características fundamentais é o fato de a organização estar assentada em empresas estatais, cooperativas e privadas (essas de pequena escala), não havendo nenhuma preocupação em estabelecer mecanismos que garantam a participação popular na planificação através da cooperação direta entre organizações de produtores e as famílias que usam os produtos.
- b) Nove não se preocupa em definir quem são os beneficiários da maior flexibilidade, eficiência e escolha que, de acordo com ele, derivam da sua proposta de organização.

- c) Nove pouco discute como os mercados funcionam no capitalismo e no socialismo. Para ele o preço é resultante do processo de negociação entre ofertantes e fregueses, sendo que esses últimos teriam, a partir da competição garantida pelo mercado, como impedir que os produtores determinassem os preços.
- d) Nove tem uma visão idealizada da concorrência, pois imagina que os produtos são homogêneos e que os consumidores tem conhecimento e capacidade para barganhar com os produtores. Elson, ao criticar o fato de Nove não se deter na dinâmica da competição observada nas economias capitalistas, diz: "O socialismo possível de Nove é mais utópico do que a primeira vista aparece" (Elson, 1988:9).

Elson lembra que o objetivo de alcançar maior flexibilidade, eficiência e escolha é, na sociedade capitalista, sinônimo de maior lucro, o que é, muitas vezes, é acompanhado por aumento da intensidade do trabalho e piora das condições em que ele é realizado. Mesmo considerando que se obtenha benefícios para o usuário, não deixam de ocorrer problemas para o produtor, tal como, por exemplo a fadiga acentuada do trabalhador. Segundo a autora, a resolução desse problema seria garantida através da cooperação direta entre os produtores e as famílias. Para ela, "tanto Mandel quanto Nove propõem propostas unilaterais: Mandel do ponto de vista do produtor. Nove, do ponto de vista do consumidor. Postular uma oposição entre produtor e consumidor é em qualquer caso artificial, pois nós somos ambos" (Elson, 1988:7).

Segundo Elson, Nove desconhece que nas modernas economias de mercado os preços são definidos pelas empresas. Reforça seu argumento citando Joan Robinson: "Ninguém que tenha vivido o mundo capitalista acredita na pretensão que o sistema de mercado assegura a soberania do consumidor." (Elson, 1988:7) Assim, sua principal crítica nesse ponto é que Nove desconsidera completamente a necessidade de melhorar a capacidade de barganha das famílias na relação com os produtores. Tal despreocupação decorre do fato de ele imaginar que a competição garante o poder de barganha do consumidor.

Já em relação a Mandel, embora concorde que uma economia socialista deve procurar formas superiores à da coordenação propiciada pelo mercado, dele discorda quando esse, no afã de alcançar essa superação, rejeita não só o mercado como os preços. Elson escreve: "Eu argumentaria que uma economia socialista precisa de um mecanismo de preços descentralizados, mas disso não decorre a formação de preço através de mercados privados (isto é, não implica nos preços sendo fixados por empresas agindo como fazedoras de mercado)" (Elson, 1988:11).

Contudo, após uma longa descrição crítica dos pressupostos das escolas defensoras do mercado diz: "Mandel está muito certo em insistir que os problemas macro-econômicos são originados no processo de mercado." (Elson, 1988:20). Com isso está se referindo à inconsistência entre a racionalidade em nível da unidade produtiva e a racionalidade em nível macroeconômico. De acordo com Elson, mesmo considerando que as políticas keynesianas podem, por exemplo, contrabalançar a existência de demanda deficiente, não conseguem alterar o fato de os tomadores de decisão estarem isolados, defendendo seus interesses individuais de uma forma "miope".

Destaca, ainda, que Mandel aprofunda o conceito de "relações informais" introduzida por Dietrich. Segundo Elson, esse autor refuta que haja uma dicotomia plano/mercado, defendendo que tanto os mecanismos de planificação quanto os de mercado requerem, para sua operação, um terceiro tipo de nexos, o das "relações informais" baseadas na confiança e na reciprocidade.

Conforme foi visto acima, Mandel chama esse fenômeno de "cooperação informal objetiva". Contudo, observa Elson, Mandel considera que, no limite, esse tipo de nexos substitui o nexos "cash" e torna os preços economicamente irrelevantes. A autora não

discorda da existência e da importância desse terceiro nexos. Considera, entretanto, que o problema é como assegurar que a cooperação seja realizada livremente, produto da confiança e da boa vontade.

Por outro lado, critica Mandel na sua visão da superioridade da alocação *ex ante* em relação ao mercado. De acordo com Elson, quando Mandel considera essencial que o equilíbrio das preferências do consumidor e a alocação dos recursos ocorram antes do início da produção, pensa estar garantindo que não ocorra desequilíbrio entre a oferta e a procura. Escreve a autora: "...o sistema de planificação jogaria o mesmo papel do leiloeiro walrasiano. Como vários outros economistas socialistas, Mandel está explicitamente aceitando o padrão neo-clássico do equilíbrio geral como um objetivo sob o qual deve se julgar uma economia socialista." (Elson, 1988:23)

Como descrito acima, o sistema de planificação elaborado por Mandel visa diminuir a burocracia e descentralizar a alocação de recursos. Assim, as grandes variáveis são determinadas pelo Congresso (de trabalhadores e de conselhos populares), ficando o detalhamento de cada setor (em termos de quantidade de cada modelo, por exemplo) de responsabilidade dos trabalhadores e dos consumidores. Não há, assim, no meu entendimento, o pressuposto que ajustes não devam ser feitos.

Elson, no entanto, elabora duas críticas ao sistema de planificação proposto por Mandel. A primeira refere-se ao papel do dinheiro/preços na elaboração do plano. Conforme a autora, "...se os preços são abolidos, seria impossível atingir-se o primeiro estágio de determinação das linhas mestras do plano. Cotas do PNB são somente possíveis de determinar se há um modo de agregar recursos em uma única medida." (Elson, 1988:24)¹³

A segunda crítica é que Mandel não explicita como as famílias tratariam as necessidades inesperadas. "Uma vez que seus itens básicos foram definidos para o período do plano, o que aconteceria se o tamanho e a composição das famílias inesperadamente mudassem devido à doença ou mudança do trabalho ou de moradia?" (Elson, 1988:24) Em outras palavras, Elson considera que Mandel dá pouca importância à necessidade de introduzir mecanismos corretivos da produção e, por isso mesmo, não diz como eles operariam.

Mais adiante, sob o título de "Uma Economia de Repetição", Elson afirma que o sistema proposto por Mandel, ao enfatizar o hábito, o costume e a rotina, quase dissolve o problema da coordenação. Por outro lado, o pressuposto que as necessidades podem ser previamente conhecidas pelos planejadores baseia-se na idéia de que as necessidades não se alteram, isto é, que a planificação pode projetar as necessidades a partir dos padrões correntes de consumo. Mas, pondera Elson, os padrões correntes de consumo também são determinados pelos preços relativos e pela distribuição de renda. Na visão da autora, portanto, o sistema de Mandel é estático.

Elson considera que há uma inevitável tensão entre as necessidades dos consumidores e as necessidades dos produtores e que esta tensão não pode ser respondida/resolvida da forma proposta por Mandel, isto é, de que somos todos, antes de tudo, produtores. Conforme visto acima, Mandel supõe que na busca da melhoria das condições de trabalho estaria o trabalhador, simultaneamente, contribuindo para a melhoria das condições do consumidor.

A autora também considera que a explicação de Mandel acerca da alocação de recursos entre as empresas não é satisfatória. Para ela, as decisões que o Congresso de conselhos de trabalhadores deve tomar em relação a cada indústria, assemelha-se, em muito, àquilo que os ministérios faziam na URSS e, dessa forma, os problemas seriam muito semelhantes. Não haveria porque imaginar que a auto-gestão impediria que as informações levadas das empresas ao Congresso não fossem deliberadamente incompletas

¹³ Vale lembrar que Mandel supõe, explicitamente, a manutenção do dinheiro quando afirma que se manteria um setor governado pelo dinheiro e pelo mercado numa sociedade em transição para o socialismo.

e distorcidas. Na medida em que "...ao ocultar os fatos...pudessem obter uma carga de trabalho mais reduzida ou uma alocação de renda aumentada...a força de trabalho inteira de uma empresa, e não apenas seus administradores, tentariam ganhar com a desinformação." (Elson, 1988:25).

A partir desse conjunto de observações críticas a respeito do pensamento de Nove e de Mandel, Diane Elson apresenta a seguinte proposta:

a) o importante não é a forma que assume a propriedade, e sim que a produção e reprodução da força de trabalho passe, de variável dependente no capitalismo, para variável independente.

b) para garantir esse pressuposto básico, as famílias precisam ter acesso a uma renda básica de modo que não sejam forçadas a vender sua força de trabalho às empresas (sejam elas privadas ou públicas) como condição de sua sobrevivência. Isso permitiria que as pessoas, de fato, exercessem uma escolha quando se propusessem a trabalhar nas empresas.

c) que o nível de renda básica dependeria do nível e do tipo de desenvolvimento da sociedade em questão. Numa sociedade agrária, por exemplo, a garantia básica se traduziria em acesso à terra.

Numa sociedade industrial, desenvolvida, essa renda básica assumiria a forma de uma cesta bens e serviços gratuita (entre eles a educação e a saúde; não por serem consideradas necessidades básicas, mas sim em função de suas externalidades) e de uma renda monetária que permitiria a obtenção de alimentos, bens domésticos, entre outros. Os serviços ou bens livre seriam financiados através de impostos.

d) as famílias teriam livre arbítrio para definir como utilizar a renda monetária obtida junto às empresas ao vender sua força de trabalho. Poderiam formar empresas familiares ou ingressar em cooperativas (considera que são de escala pequena).

e) os salários básicos seriam determinados através daquilo que a autora chama de um "mercado de trabalho socializado". Esse mercado seria formado através de um tipo de "Bolsa" de emprego, que centralizaria informações sobre as empresas que têm postos de trabalho a preencher e trabalhadores que buscam emprego. Esse mercado, que a autora pressupõe que fosse assumido por uma Comissão de Salários (e de Preços) cuidaria para que padrões mínimos de trabalho fossem salvaguardados, refutando a entrada no mercado socializado de ofertas de emprego abaixo do padrão considerado mínimo.

O pressuposto dessa proposta é, evidentemente, na medida em que não haveria impedimento para as empresas ofertarem trabalho com salários abaixo do mínimo e em condições piores do padrão definido pela Comissão, que o acesso à informação reduziria o custo para as empresas de alocação de força de trabalho e impediria às famílias assumirem empregos inferiores (posto que saberiam que em outra empresa as condições seriam melhores). É necessário lembrar que as famílias já teriam garantido um mínimo de renda.

As mudanças nos patamares mínimos de salário dependeriam do crescimento da economia e da produtividade. De acordo com Elson, não haveria desemprego involuntário, já que a Comissão, na falta de emprego, pagaria um salário base (seguro-desemprego?) e providenciaria treinamento. Desse modo, a única forma de desemprego imaginada pela autora é o desemprego tecnológico. Essa hipótese é coerente com sua primeira premissa, onde a variável determinante do processo de produção é a força de trabalho. Não seria possível, portanto, que as empresas, premidas pela necessidade de redução de custo ou de aumento da produtividade, reduzissem o nível de emprego.

f) as empresas públicas seriam administradas por um Regulador das Empresas Públicas, o qual não teria como função determinar as tarefas e a alocação dos

insumos, e sim reforçar as normas democraticamente aceitas para a utilização dos bens públicos.

g) todas as empresas e pessoas teriam acesso à informação sobre a formação dos preços. A idéia é de que esse processo fosse transparente, de forma que as pessoas pudessem cotejar os preços divulgados na Comissão de Preços com os exercidos efetivamente.

Para isso seria solicitado que cada empresa fornecesse seus custos unitários (além de outras informações relativas ao processo de produção, durabilidade do produto, tipos ou padrões do produto, entre outros, que facilitariam a escolha do consumidor). Com base nessa informação, a Comissão calcularia um custo unitário médio, e a ele somaria um mark-up. Quanto mais prioritária fosse um determinado setor, maior seria esse mark-up. De acordo com Elson, o cálculo pela média impediria que as empresas não divulgassem corretamente as informações.

Tal procedimento tornaria o processo de formação de preço transparente para os consumidores. Esses poderiam, no momento que quisessem, saber o custo unitário de qualquer produto, o custo médio do setor e o mark-up aplicado. É necessário enfatizar, novamente, que essas informações constituem-se, tal como no caso dos salários, referências. Nada impede que os consumidores aceitem produtos com outros preços.

h) as empresas, além das informações mencionadas acima, também devem fornecer dados relativos à capacidade da planta, aos processos tecnológicos utilizados, a seus planos de investimento, entre outros. Para impedir que "segredos" industriais existissem, Elson propõe a criação de um incentivo a ser pago pelo depósito das especificações das inovações junto ao que ela chama de Banco Tecnológico.

Resumindo, o coração do modelo de Elson, é o livre acesso à informação. Todos os produtores, privados (pequena escala) e públicos, devem fornecer às Comissões competentes os seguintes dados: salários pagos; condições de trabalho; funções exercidas em cada cargo; requerimentos exigidos à força de trabalho; custos unitários dos produtos; mark-up utilizado; especificações dos produtos e dos processos de produção; inovações tecnológicas introduzidas; tamanho da planta; planos de investimento, entre outras. Num certo sentido, é como se a autora viabilizasse, através da tecnologia da informação, o mercado de concorrência perfeita dos manuais de microeconomia.

Como já mencionado, os produtores, os trabalhadores e os consumidores, mediante contrato estabelecidos entre eles, podem assumir preços e salários diferentes dos estabelecidos pelas Comissões. Nesse sentido, não haveria um controle de preços e salários exercido pelo Estado. Contudo, o livre acesso à informação, permitiria que as empresas, os trabalhadores e os consumidores pudessem verificar se os preços e as condições por eles aceitos estariam abaixo dos padrões estabelecidos nas Comissões. Por outro lado, o livre acesso à informação reduziria o custo de pesquisa de preço ou de transação, o que incentivaria as empresas a participarem das Comissões mediante o fornecimento de seus dados. Evidentemente que a autora considera perfeitamente possível que preços ou normas de produção estabelecidas nas Comissões sejam passíveis de mudança. Para isso bastaria que um número razoável de empresas ou trabalhadores solicitasse a mudança. Em outras palavras, as alterações seriam feitas toda vez que a sociedade (ela não diz como) as entendessem como relevantes.

III) AS QUESTÕES RELEVANTES PARA A DISCUSSÃO

Da discussão aqui apresentada entre Nove, Mandel e Elson, depreende-se a necessidade de aprofundamento de questões teóricas e concretas, sob as quais a esquerda não tem conseguido, tal como anteriormente, atingir consenso. Entre as primeiras,

destacam-se: a) é possível se pensar numa economia socialista sem mercadorias? b) a produção de mercadorias pressupõe necessariamente a existência de capital e mercado de trabalho? c) a economia socialista descarta o dinheiro e os preços? d) o mercado, em relação ao planejamento, é uma forma superior de coordenação econômica, ou elas se complementam?

No plano concreto, em uma economia "rumo ao socialismo", supondo-se a complementariedade entre mercado e planejamento, quais seriam os critérios para definir essa complementariedade? Mantendo-se o preço, de que forma seriam eles determinados? Como a inovação tecnológica, o incentivo ao trabalho e à criatividade e a liberdade dos consumidores poderiam ser contemplados numa economia sem proprietários privados dos meios de produção e coordenada prioritariamente através do planejamento?

Como afirmado no início deste survey, tratam-se de velhas questões. Algumas delas foram objeto de acaloradas discussões, principalmente no interior do partido comunista soviético. Contudo, a incapacidade da sociedade capitalista em resolver os problemas sociais e os limites colocados pelo planejamento centralizado implantado na URSS introduzem atualidade e importância novamente para essa discussão.

BIBLIOGRAFIA

AGANBEGYAN, ABEL. *Movendo a montanha*. São Paulo, Editora Best Seller, 1ª edição (traduzido do original de 1989).

CARR, E. H. *História da Rússia Soviética*, segundo volume, "A revolução bolchevique - 1917/23", parte IV - "A ordem econômica, NEP: os primeiros passos". Porto, Editora Afrontamento, 1979.

Elson, Diane. "Market socialism or socialization of the market". In *New Left Review*. New York, *New Left Review*, n. 172, nov/december, 1988.

HAMMER, A. *Um capitalista em Moscou*. São Paulo, Editora Best Seller, 1989.

MANDEL, ERNEST. *Socialismo x Mercado*. São Paulo, Editora Ensaio, Série Pequeno Formato VIII, 1991.

- *Além da Perestroika: a era Gorbachov e o despertar do povo soviético*. São Paulo, Busca Vida, 1989.

NOVE, ALEC. *A economia do socialismo possível - lançado o desafio: socialismo com mercado*. São Paulo, Editora Ática, 1989.